

# NOTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO SUL DE MATO GROSSO: (1940-1970)

*historiographical notes about educational institutions*

*in south of Mato Grosso state: (1940-1970)*

## Notas historiograficas sobre las instituciones educativas em el sur de Mato Grosso: (1940-1970)

Maria do Carmo Brazil<sup>1</sup>  
Ana Paula Gomes Mancini<sup>2</sup>

---

### RESUMO

Este trabalho se vincula ao conjunto de esforços acadêmicos empreendidos, desde os anos de 1990, no sentido de investigar as particularidades das instituições escolares no Brasil. A intenção é garantir visibilidade à história da educação e das instituições escolares do município de Dourados entre os anos de 1940 e 1970. A análise regional deve ser apresentada à luz dos contextos econômico, político, social e cultural brasileiro, considerando as ações humanas e as vivências cotidianas. Procuramos identificar a forma como em diferentes localidades ou em temporalidades distintas um fenômeno social é construído, compreendido, dado a ler, utilizando com suporte empírico documentos oficiais, editoriais da imprensa, registros escolares, depoimentos orais. Emerge daí as análises sobre as formas de representação local e sua localização em área de fronteira (Brasil-Paraguai), cujo cenário envolve história política de expansão, memória e construção social e identitária.

**Palavras-chave:** Fronteira. educação e colônias agrícolas nacionais. escola agrícola e igreja.

---

### ABSTRACT

This study is linked to the set of academic efforts undertaken since the 1990s to investigate the special features of educational institutions in Brazil. The intention is to guarantee visibility to the history of education and educational institutions in the city of Dourados, between the years 1940 and 1970. The regional analysis was presented in the light of the Brazilian economic, political, social and cultural contexts, considering human actions and daily life experiences. We tried to identify how, in different locations or in different temporalities a social phenomenon is constructed, understood, given to read, using as support: official papers, press editorials documents, school records and oral testimony. From there, emerges the analyzes of the forms of local representation and its location in frontier area (Brazil-Paraguay), whose scenario involves political history of expansion, memories and social and identity construction.

**Keywords:** Frontier. education and national agricultural settlements. agricultural school and church.

---

---

<sup>1</sup> Docente Titular em História do Brasil Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Doutora em História Social pela FFLCH/USP. *E-mail:* mc.2708@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre e Doutora em Educação. Coordenadora do “Projeto Os Grupos Escolares e a Escolarização da Infância do Sul de Mato Grosso 1940-1970”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). *E-mail:* anapaula\_tls@yahoo.com.br

## RESUMEN

Este trabajo está relacionado con el conjunto de los esfuerzos académicos realizados desde la década de 1990, para investigar las particularidades de las instituciones educativas de Brasil. La intención es asegurar la visibilidad a la historia de la educación y las instituciones educativas en la ciudad de oro entre los años 1940 y 1970. Análisis regional debe ser presentado a la luz de los contextos económicos, políticos, sociales y culturales de Brasil, teniendo en cuenta las acciones humanas y experiencias diarias. Nosotros tratamos de identificar la forma en diferentes lugares o en diferentes temporalidades un fenómeno social se construye, comprendido, dado a leer, el uso oficial de base empírica, documentos editoriales de prensa, registros escolares, el testimonio oral. Emerge el análisis de las formas de representación local y su ubicación en la zona fronteriza (Brasil-Paraguay), cuyo escenario involucra la expansión de la historia política y la memoria social y la construcción de la identidad.

**Palabras clave:** Fronteira. educação e colônias agrícolas nacionais. escola agrícola e igreja.

---

## CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Até o final da década de 1970, as abordagens e os métodos utilizados nos distintos campos do conhecimento seguiam a tendência tradicional de escrita cuja prioridade era os temas nacionais, silenciando-se diante das particularidades existentes em níveis regionais, assim o singular e as situações do imaginário não faziam parte da construção da história da educação brasileira. Nesse sentido, procurou desenvolver uma abordagem capaz de garantir visibilidade à história da educação e das instituições escolares no município de Dourados e região, no período que envolve os anos de 1940 e 1970.

A necessidade de buscar sentido nos movimentos humanos criadores de instituições de ensino determinou o desenvolvimento da presente investigação. Entretanto, nem todas essas ações se evidenciaram nos documentos oficiais, ou nos editoriais da imprensa ou nos registros escolares. Dada à pequena produção historiográfica sobre história e memória da educação na região importa realizar um estudo específico que envolve as dimensões históricas das instituições escolares em área de fronteira (Brasil-Paraguai).

A análise historiográfica foi centrada nas abordagens inovadoras e mais recentes acerca da história da educação e das instituições escolares, com destaque para as análises de Monarcha (2007); Tanuri (2000); Sousa e Catani (1998); Nóvoa (2002), Souza, & Valdemarin (2005), entre outros.

No que se refere à produção historiográfica da educação mato-grossense acerca das instituições escolares, ressaltamos as importantes contribuições de Siqueira (2000); Silva

(2006). Centeno (2007); Lopes (2006); Mancini (2005); Sá e Siqueira (2006), Reis, (2006), e outros. Sobre a “Escola Paroquial Imaculada Conceição”, destacamos o artigo de Brazil e Mancini (2012); Maria Bethânia Pastor de Lima (2010); Durvalina Damazio Bomfim (1990) e Santini e Brazil (2009). O material produzido sobre a “Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco” foi arrolada à contribuição de Borges (2010); Furlan (2008); Santini (2011) e Brazil e Silva (2012).

## **FONTES HISTÓRICAS REGIONAIS**

A heurística contou com documentos oriundos principalmente dos seguintes acervos: Biblioteca Central Escola Franciscana Imaculada Conceição; Arquivo Documental da Escola Franciscana Imaculada Conceição; Diocese de Dourados/MS, e Centro de Documentação Regional FCH/UFGD (Caixas da Delegacia Regional de Educação - 1951/1972).

Os dados obtidos foram interpretados à luz das relações reflexivas entre o particular – a escola, a cidade de Dourados – e o geral, os contextos histórico-escolar e social do país, entre as décadas de 1940-1970. Utilizamos como suporte documental os livros de atas da escola, sobretudo, os da Diretoria do Educandário Santo Antônio; o Livro de Crônicas da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados; vários Relatórios; os Estatutos da Ação Franciscana de Dourados, entre outros.

Quanto ao material empírico, buscamos os impressos pedagógicos contidos nos arquivos da Secretaria dos antigos educandários da cidade de Dourados, com destaque para a Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco, hoje, Escola Estadual Dom Bosco, e as matérias produzidas à época pela imprensa local. Entre os documentos arquivais, encontramos dados da população escolar, documentação do acervo da escola, como formulários, diários de classe, fotos, fichas. Da imprensa compulsamos matérias publicadas no jornal “O Progresso”, datados da época da formação das instituições escolares de Dourados.

Grande parte da memória social utilizada como recurso para se produzir a escrita da história da instituição em análise, não se restringiu apenas aos documentos guardados em acervos oficiais. Ou seja, recorreu-se também às lembranças de antigos professores e ex-alunos, aos arquivos privados e preservados por pessoas que, conscientes ou não, viram, como diria Marilena Camargo (2000), nas “coisas velhas” reunidas em caixinhas ou gavetas ou no “amontoado de fatos” o sentido ou a intencionalidade histórica ali armazenada.

## **O CENÁRIO NACIONAL**

O arco temporal que elegemos para esta abordagem envolve o período entre a década de 1940 e 1970. O marco inicial da análise intensiva do tema explica-se porque, no plano nacional, a década de 1940 foi marcada por significativa renovação deflagrada pela ação pública na oferta do ensino primário, o qual ganhou expressiva reconfiguração. Isso porque a promulgação da Constituição de 10 de novembro de 1937 trouxe em seu texto constitucional um modelo de política educacional que espelhava a ordem capitalista. No referido texto estava previsto o preparo do trabalhador baseado nos ensinamentos pré-vocacional e profissional, ligados à produção industrial, tornando obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Em suma, urbanização e industrialização foram, portanto, os fenômenos fundamentais para o processo de escolarização da população.

Ao adentrar a década de 1940, o Brasil já experimentava sensível queda no índice de analfabetismo. A Constituição de 1946, apesar de seus limites, trouxe a concretização da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), à custa de embates, encontros, desencontros, avanços e recuos na construção de grande parte da legislação educacional brasileira.

Na década seguinte (1950), o Brasil foi marcado pelo Manifesto dos Educadores, e ficou caracterizado com a consolidação do Manifesto de 1932, que segundo o pesquisador José Luís Sanfelice (2007, p. 554) complementou e atualizou seus pressupostos vinte anos mais tarde. Os Institutos de Educação, criados desde 1932, ampliaram as finalidades da Escola Normal que, além da formação de professores primários, envolveram os próprios cursos primário e pré-primário destinados à prática dos alunos-mestres, o secundário e os cursos de extensão e aperfeiçoamento para professores já formados.

No Brasil, entre os anos de 1946 e 1960, os debates sobre os rumos do sistema educacional se intensificaram, redundando na Lei n.º 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Permanecia no corpo da Lei as reivindicações da Igreja Católica e dos proprietários de escolas privadas a despeito dos interesses daqueles que defendiam a educação como dever do estado brasileiro. À luz dos princípios presentes na Constituição de 1946, foi publicada a LDB em 20 de dezembro de 1961 pelo então presidente João Goulart.

A referida lei teve uma nova versão em 1971, durante o regime militar e vigorou até 1996, quando foi promulgada a Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN). Esse último aspecto explica o limite do arco temporal de abordagem (1970), quando a educação, diante dos ditames da ditadura militar (1964-1985), caracterizou-

se pela burocratização do ensino público. As considerações históricas esboçadas no plano nacional e regional justifica nossa opção pela década de 1970 como teto cronológico máximo de abordagem, pois o período, como já referido, foi marcado por reorientações dos poderes constituídos, cujos programas contidos nas Leis n.ºs 5.540/68 e 5.692/71, inseriram teorias e métodos pedagógicos destinados a limitar a autonomia do sistema educacional brasileiro, o qual foi modificado em suas estruturas interna e externa.

## O CENÁRIO REGIONAL

Os estudos de Silva e Brazil (2012) ressaltam que o espaço onde hoje assenta Dourados e outros municípios circunvizinhos, conhecido como “Região da Grande Dourados” ganhou destaque a partir do final do século 19, com a onda expansionista oriunda de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse fenômeno migratório se acentuou no século ensejando o surgimento do município de Dourados, localizado no interior do país, em extensa faixa fronteiriça com a nação paraguaia, constituída por uma população multicultural e de caráter identitário distinto.

Antes do processo migratório, o espaço douradense era ocupado primordialmente por uma população indígena distribuída em basicamente 10 etnias: Guarani Kayowá; Guarani-Nhandewá; Guató; Kadiwéu; Kamba; Kinikinao; Laiana; Ofaié-Xavante; e Terena; enquanto que na cidade de Dourados aparecem 6.830 pessoas identificadas como indígenas das etnias Guarani Kayowá; Guarani-Nhandewá e Terena nas aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho (SILVA; BRAZIL, 2012).

Os dados populacionais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo dos anos, demonstram a grande concentração de pessoas pardas, em razão da junção de indígenas, imigrantes paraguaios e negros (SILVA; BRAZIL, 2012). No entanto, estudos recentes sobre a formação da sociedade douradense, como o de Carli (2008) e Ernandes (2009), revelam as distintas estratégias utilizadas pelas elites no sentido da construção de um projeto identitário mato-grossense, valendo-se de um discurso pautado na “obra civilizadora”, na qual os feitos militares em território mato-grossense, para garantir as fronteiras geográficas brasileiras, assumem o caráter heroico a despeito da enorme presença dos povos originários, sobretudo, o Guarani e suas ascendências. Pela ótica da elite regional, essa marcante presença do povo nativo traduzia-se visto como entrave para o projeto de progresso e desenvolvimentista (SILVA; BRAZIL, 2012).

O Estado Novo (1937-1945) programou a política de interiorização, traduzido no plano “Marcha para Oeste” que envolvia incentivo à agricultura, como forma de retomada do controle das terras devolutas, até então concedido aos Estados. Além disso, o projeto previa a colonização, subordinado ao plano econômico do Estado Novo, que se pautava no processo de industrialização do tipo substituição de importação, cujo objetivo de transformar o país numa potência econômico-industrial. A ideia era agregar a participação da sociedade nos distintos setores da economia, sobretudo, no desenvolvimento da forma de exploração da terra.

No caso de Dourados, esse contexto possibilitou que diminuísse significativamente a área de influência Companhia Matte Laranjeira, que exercia hegemonia na região, o que ocasionou o fim dos contratos de arrendamento de terras. Essa empresa, criada por Tomás Laranjeira, funcionava em terras brasileiras, mas utilizava recursos vindos da Argentina e empregavam paraguaios e indígenas como mão de obra barata. A “Matte” perdurou entre o século 19 e meados do século 20, na exploração de erva-mate nativa na região de Dourados que hoje compreende os atuais municípios de Angélica, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Naviraí, Novo Horizonte do Sul e Vicentina. Assim, surgiu em 28 de outubro de 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), conveniada ao Governo Federal, com o intuito de dividir terras rurais e urbanas e assim atrair mais habitantes e agricultores para a região. A esse respeito, Reinaldo Valentim (2012) faz a seguinte avaliação:

Fato relevante para a região, no ano de 1943, Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, sob a qual ficava localizada a linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nesse mesmo ano de acordo com Betoni, (2002), deu-se o projeto de criação de colônias agrícolas nacionais para a nacionalização das fronteiras e o povoamento das regiões mais distantes do litoral. Dessa forma, a sede do governo central deu origem a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que possibilitou a distribuição aos trabalhadores seduzidos pela intensa propaganda de pequenos lotes (de 25 a 30 hectares) para atividade agrícola. A partir de então, milhares de famílias de migrantes foram assentadas em Dourados, num movimento característico de expansão das frentes pioneiras no final da década de 1940 (VALENTIM, 2012, p. 146).

A fim de se obter a preservação da fronteira, bem como fazer o povoamento dessa região, foi criado um Decreto n.º 5.812/43, no ano de 1943, unificando os municípios mais próximos: Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Bonito, Porto Murtinho, Bela Vista, Miranda e Nioaque, no chamado Território Federal de Ponta Porã, que vigorou por três anos. Ponciano (2006) fez um destaque a respeito:

Convém salientar que a criação do Território Federal de Ponta Porã pelo Presidente Vargas fazia parte da política econômica do Estado Novo, uma vez que com esta medida, procurava-se combater a velha política do banditismo na fronteira meridional de Mato Grosso e apertar o cerco em torno da Companhia Matte Laranjeira, colocando o território de exploração da erva-mate sob os cuidados da fiscalização federal (PONCIANO, 2006, p.78).

Menezes e Queiroz (2008) entendem a criação da CAND como uma política galgada na “nacionalização das fronteiras”. Isso significa que o governo Vargas implantava variadas estratégias para inserir os territórios fronteiriços ao contexto nacional, a exemplo da construção da ferrovia que ligava a cidade de Bauru, em São Paulo, até as margens do Rio Paraguai. (Silva e Brazil, 2012). A instalação de famílias de colonos no sul de Mato Grosso com a implantação da Colônia Agrícola, foi marcada por um complexo processo de ocupação regional através do desmatamento, povoamento, abertura de estradas e a implantação de cooperativas, que, por sua vez, passaram a ganhar atenção de distintos segmentos sociais. Ponciano (2006) salienta que o decreto de criação da colônia no município de Dourados trouxe incentivos que garantia:

Uma residência ao migrante e sua família; semente e material agrário para o cultivo; no primeiro ano de plantio empréstimos de máquinas, instrumentos agrícolas e animais de trabalho; educação agrícola aos filhos desses camponeses; postos de monta com reprodutores selecionados para a qualidade do rebanho que viria a se formar; assistência médica e farmacêutica; e, finalmente, cooperativa para produção e venda dos bens produzidos (PONCIANO, 2006, p. 90).

Grandes empreendimentos foram realizados a partir daí, em vista de que inúmeras empresas privadas de colonização e imobiliárias ficaram de olho nos negócios envolvendo compra e venda de terras. A terra passou a ser objeto de interesse de diversos empreendedores que viam na especulação da terra um fim lucrativo.

Conforme Santos (2007), o sul do estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) se tornou um centro catalisador de migrantes que, por sua vez, proporcionou o desenvolvimento dessa região considerada um “grande vazio” até então. De fato, que nos primeiros anos da CAND a população era estimada entre 30 e 40 mil habitantes e em menos de dez anos chegou a atingir uma média de 200 mil habitantes. A Colônia Agrícola tinha o objetivo de promover a pequena propriedade em detrimento do latifúndio, ou seja, despertar o pendor do camponês através da distribuição de terra a famílias imigrantes de todo o Brasil, para que pudessem produzir no modelo campista.

Nesse modelo, a permanência dos índios na região e a migração dos primeiros colonizadores na região cortada por rios e caracterizada como pertencente ao bioma cerrado, para fins de tornar a região agricultável, ensejaram o intenso povoamento na região as primeiras décadas da República Brasileira.

Santos (2007) salienta parte da política varguista voltada para o trabalhador do campo:

[...] Vargas atingiu especificamente a classe trabalhadora rural, sobretudo os desprovidos de terra, mas também visou os desempregados urbanos, vindo, assim, a enfrentar esses problemas sociais através da transferência dos despossuídos e desempregados para os vazios (*sic*) do Centro Oeste Brasileiro (SANTOS, 2007).

O aumento da população ensejou crescentes necessidades envolvendo os distintos serviços e de profissionais para atuar nas diversas áreas da localidade, como farmacêuticos, advogados, vendedores, comerciantes, professores. (SILVA; BRAZIL, 2012).

De olho na disponibilidade, propaganda sobre a fertilidade da terra e promessas de lotes gratuitos e trabalho agrícola, muitos colonos se viram atraídos para a região. Inserida no processo capitalista-desenvolvimentista, a onda migratória, por um lado, provocou a demanda de abertura de novas casas comerciais, agência de Correios e de instituições educacionais. Por outro lado, o fenômeno foi responsável pelos problemas ambientais que enfrentamos hoje, pois muitas matas foram derrubadas em favor da urbanização. Esse procedimento se acentuou com a fixação de colonos oriundos do sul, do sudeste e do nordeste do país.

Segundo Valentim (2012, p. 146), outro aspecto significativo para o desenvolvimento da região foi a inauguração da estação de Itahum da Ferrovia Noroeste do Brasil, no ano de 1949, ligação ferroviária que facilitou, sobremaneira, a chegada de paulistas e paranaenses, devido à rápida expansão sob diversos aspectos.

### **As Primeiras Instituições Escolares de Dourados/MS**

O quadro de referência histórica regional liga-se ao lento processo de ocupação do centro-oeste e norte brasileiro, aspecto gerador da política de construção da “integração nacional” idealizado por Getúlio Vargas, política acentuada a partir da década de 1940. Desde então, a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos do município. Ressaltamos que na década de 1930 as escolas existentes em Dourados constituíam-se de turmas mistas cujas atividades desenvolviam-se nas residências dos próprios professores, sem dispor de verbas públicas para cobrir despesas dos alunos com material didático. No que se refere ao

ensino ministrado por instituições confessionais, a partir de 1939, Dourados passou a contar com a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, que, inicialmente, atuava como extensão de uma escola assentada na Missão Caiuá, a qual atendia aos filhos dos missionários.

Os escritos da pesquisadora Bethânia Pastor Lima (2010, p. 16) dão conta de que só na década de 1940 foi despertado o interesse das instituições em criar escolas na região. Os programas de povoamento eram amplamente difundidos e traduziam-se nos discursos do Presidente Vargas, sobretudo, no período do Estado Novo (1937-1945). Emergiram assim, a partir da década de 1940, as frentes de ocupação, alcançando parte significativa do sul de Mato Grosso (uno), delineando uma feição diversificada na produção regional.

Para Brazil e Mancini (2012), a partir desse contexto de desenvolvimento na região, a Igreja Católica sentiu a necessidade de expandir suas ações na região, investindo na elaboração de projetos de construção de igrejas, escolas e ações sociais: “A partir de 1940, Frei Higinio Lateck tomou posse, tornou-se o primeiro vigário da capela de Dourados e criou em 1941, a Escola Paroquial ‘Imaculada Conceição’” (Brazil e Mancini, 2012, p. 12). As autoras, com base na Ata da Assembleia Geral da Fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, n.º 1, em 1º de março de 1955, destacam ainda que:

Segundo a Ata da Assembleia Geral da Fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, n.º 1, em 1º de março de 1955, em reunião realizada nas dependências da escola Paroquial Patronato de Menores, foi decidida a criação do “Instituto Educacional de Dourados”, hoje Colégio Franciscano Imaculada Conceição, o qual foi inaugurado no ano de 1956, sob responsabilidade das Irmãs Franciscanas, oriundas do Rio Grande do Sul.

Foi no contexto da expansão da política de Vargas que ocorreu o processo de penetração da Igreja Católica na região, acompanhado de empreendimentos voltados para a catequização, educação e preparo para o trabalho.

## **A AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA EM DOURADOS**

A meta expansionista da Igreja Católica começou a se estampar a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil em consonância com a Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha, estabelecia a concessão da área de Mato Grosso como “terra de missão”. O referido acordo redundou na chegada dos quatro primeiros missionários franciscanos alemães na região, entre os quais frei Eucário Schmitt, frei Antônio Schwenger, frei Wolfam Pasmann e frei Francisco Brugger em junho de 1937 (AMARAL, 2005, p. 49). No mesmo ano, frei Teodardo Leitz, junto ao Comissariado Franciscano, tratou

de providenciar a vinda de freiras para Dourados no sentido de contribuir com o trabalho de catequese, criação de escolas de ensino primário de ambos os sexos, bem como organizar um internato feminino.

Quanto à jurisdição política, Dourados era um distrito pertencente à Ponta Porã, quando em 1935 foi elevado à categoria de município. Quanto à circunscrição diocesana, ressaltamos que a mesma era sujeita à administração eclesiástica do Bispado de Corumbá, a qual abarcava todo o sul de Mato Grosso, sob a direção de dom Orlando Chaves. Mas isso não impediu que dom Vicente Maria Priante criasse no ano de 1940, em Dourados, a Paróquia de Imaculada Conceição, com autorização da Diocese de Corumbá. Isso significa que do ano de 1935 a 1940 a comunidade douradense se viu assistida por missionários franciscanos da paróquia de Rio Brilhante.

O quadro de referência histórica da região nas décadas de 1930 e 1940 ligava-se, portanto, ao lento processo de ocupação do centro-oeste e norte brasileiros, aspecto gerador da política de construção da “integração nacional” idealizada por Getúlio Vargas. Essa estratégia se acentuou a partir da década de 1940 e desde então a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos do município.

O quadro 1, organizado por Maria Bethânia Pastor de Lima, ilumina o cenário educacional de Dourados constituído a partir da década de 1930.

**Quadro1–Instituições Escolares Instaladas em Dourados entre as Décadas de 1930/1950**

Instituições	Ano de Instalação	Nível	Natureza	Origem	Regime de Ensino
Erasmus Braga	1939	Ensino Primário	Privada	Confessional Protestante	Escola Mista
Joaquim Murtinho	1947	Ensino Primário	Pública	Não Confessional	Escola Mista
Oswaldo Cruz	1954	Ensino Primário/Secundário	Privada	Não Confessional	Escola Mista
Patronato de Menores	1956	Ensino Primário	Privada	Confessional Católica	Escola Mista
Escola Imaculada Conceição	1956	Ensino Primário e Ensino secundário	Privada	Confessional Católica	Educação. Feminina (em regime de internato e externato)
Escola Agrícola Dom Bosco	1956	Preparação Prática para o trato agrícola	Privada	Confessional Católica	Ed. Masculina (em regime de Internato)
Escola Estadual Presidente Vargas	1958	Ensino Secundário	Pública	Não Confessional	Escola Mista

Fonte: LIMA, (2010)

A partir da década de 1930, a expansão Igreja Católica na região sul de Mato Grosso tornou-se uma necessidade traduzida na elaboração de projetos de construção de igrejas, escolas e ações sociais. Na década de 1940, Frei Higino Lateck tomou posse, tornou-se o primeiro vigário da capela de Dourados e criou, em 1941, a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”.

A pesquisadora Inez Maria Bitencourt do Amaral (2005, p. 49) destaca que quase todo o corpo de missionários franciscanos, que atuava em Dourados a partir da década de 1940, constituía-se por religiosos estrangeiros, aspecto linguístico limitador da interação entre a Igreja e a comunidade. Salienta ainda a autora o problema da distância geográfica entre seminário, escola e outros lócus de atuação.

Os escritos da pesquisadora Bethânia Pastor Lima (2010, p. 16) dão conta de que só na década de 1940 foi despertado o interesse das instituições em criar escolas na região. Os programas de povoamento eram amplamente difundidos e traduziam-se nos discursos do Presidente Vargas, sobretudo, no período do Estado Novo (1937-1945). Emergiram assim, a partir da década de 1940, as frentes de ocupação, alcançando parte significativa do sul de Mato Grosso (uno), delineando uma feição diversificada na produção regional.

Embora o contexto político brasileiro, sob a égide do Estado Novo, determinasse apenas a contratação de professores que tivesse domínio da língua portuguesa, Dourados recebeu no ano de 1942 a primeira leva de irmãs franciscanas oriundas da América do Norte, as quais ajudaram no funcionamento da escola “Imaculada Conceição”, voltadas para o ensino primário. Salientamos que a escola funcionava no próprio prédio da igreja.

Conforme os estudos de Santini e Brazil (2010), devido às dificuldades decorrentes do contexto da Segunda Guerra (1939-1945), as freiras retiraram-se da cidade em 1944, passando a escola ser dirigida por professoras da própria comunidade católica, até que a mesma fosse fechada em 1946, mormente, por falta de professores.

Mas cabe lembrar que a proposta de expansão da Igreja Católica alcançou Dourados efetivamente no final da década de 1940 e início da de 1950. Para fazer frente à expansão dos missionários presbiterianos que se dava através da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, em 1952 foi dado início à construção da Escola Patronato de Menores, a qual só foi concluída em 1956, quando frei Teodardo Leitz a expôs pela primeira vez ao público douradense.

Conforme as observações de Moreira, “em 1950 essa mesma instituição [religiosa – Imaculada Conceição] criou a Escola Paroquial Patronato de Menores que funcionou até 1953, na antiga Casa das Irmãs” (MOREIRA, 1990, p. 77).

A ação social foi materializada mais tarde com o processo de construção Escola Paroquial Patronato de Menores (1952-1956), como parte da Ação Social da Ordem Franciscana em Dourados, e com a organização do Abrigo de São de São Francisco, fundada em 1961.

Essa Escola foi destinada ao ensino primário e de educação mista. A instituição foi assentada ao lado da igreja matriz de Dourados e contava inicialmente com 300 alunos matriculados, na qual atuavam oito professoras, das quais quatro eram freiras.

Segundo a Ata da Assembleia Geral da Fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, nº. 1, em 1º de março de 1955, em reunião realizada nas dependências da escola Paroquial Patronato de Menores, foi decidida a criação do “Instituto Educacional de Dourados”, hoje Colégio Franciscano Imaculada Conceição, que foi inaugurado no ano de 1956, sob responsabilidade das Irmãs Franciscanas, oriundas do Rio Grande do Sul. Na época, a Escola contava com cerca de 300 alunos e destinava-se à educação feminina (Lima 2010, p. 16).

## **A ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DOM BOSCO**

Na década de 40, o acesso ao centro urbano de Dourados era precário, além da grande distância o trajeto era feito a pé, a cavalo, a carroça, o que culminou na criação de hospitais e escolas que atendessem a demanda dos colonos que viviam na própria CAND.

Mesmo com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no ano de 1943, em área até então sob domínio da empresa privada Companhia Matte Laranjeira, com objetivo de promover a ocupação dos chamados “espaços vazios” do interior brasileiro; mesmo com a onda migratória advinda da lógica da política varguista conhecida como “Marcha para Oeste” com objetivo de alcançar o sul-sudeste do centro-oeste brasileiro, as ações da Igreja Católica só foram levadas a efeito em meados do século 20.

A Colônia Agrícola funcionava com uma legislação interna, mesmo pertencendo ao município de Dourados obtinha seu próprio regime, o que possibilitou a abertura de várias escolas, que tinham como professores as mulheres camponesas que sabiam ler e escrever.

Em 1946, o Decreto Municipal n.º 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com a frequência obrigatória. O art. 38 estabelecia multa de Cr\$ 100.000 para os pais de menores não frequentes e ‘comparecimento intermédio da autoridade policial’ (GRESSLER, 1988; MANCINI; OLIVEIRA; SILVA, 2007, p. 125).

A primeira escola criada oficialmente dentro da colônia estava localizada na sede da mesma, tinha regime federal e denominava-se “Escola da Linha do Potreirito-CAND”. Mesmo com as escolas que funcionavam dentro colônia a demanda ainda não era alcançada e muitas crianças ainda ficavam sem estudos. De acordo com o Jornal “O Progresso”, no ano de 1957, havia em torno de dez escolas funcionando dentro da CAND. Nesse momento, já se instalavam dentro da colônia alguns grupos religiosos, assim como os salesianos, motivados pela conduta de Giovanni Merquior Bosco, mais conhecido como Dom Bosco.

No bojo das mudanças nos planos nacional e regional, surgiu a Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco (1960) vindo compor o quadro das Instituições escolares confessionais criadas pela Igreja Católica, sob a responsabilidade dos Salesianos. Essa escola foi instalada no distrito de Indápolis, inicialmente destinada à educação masculina. (LIMA, 2010, p. 16). O quadro 1, organizado por Maria Bethânia Pastor de Lima, ajuda a compreender a constituição do cenário educacional de Dourados.

Com a ocupação exacerbada na região da Grande Dourados, por causa da colônia, os salesianos adentraram nesse território com o intuito de acolher os jovens filhos dos colonos agricultores, com a presença do Padre André Cappelli.

André Cappelli nasceu na Itália, no dia 22 de janeiro de 1914, na cidade de Toscana. Começou sua formação religiosa aos 20 anos e logo depois foi enviado ao Brasil, onde deu continuidade aos seus estudos na cidade de São Paulo. Tornou-se sacerdote em 1947, sendo designado a trabalhar em Goiás no ano seguinte. Foi um grande admirador das coisas do campo e se preocupava muito com a boa formação da comunidade, devido a sua formação de origem salesiana.

O seu estilo educacional pode ser percebido na seguinte carta mortuária, feita pela própria congregação após a morte do sacerdote em 8 de fevereiro de 1995:

Professor competente na sua área era pontual em meio aos trabalhos de roça que fazia. Como educador, passava seus ensinamentos com muita segurança e via em cada funcionário a ânsia de melhorar-lhe a vida e em cada professor, a continuação da sua força que diminuía. Fazia de tudo para que os professores dispensassem amor e carinho a cada aluno, visando formar um indivíduo responsável e digno para a comunidade, que alcançasse o ideal de viver em harmonia com todos (Carta recuperada dos arquivos da Missão Salesiana).

Quando os salesianos chegaram a Dourados, assumiram a responsabilidade de atender as necessidades religiosas e educacionais dos colonos pertencentes a 1ª zona, que se localizava na região da sede, conforme diz Santos, 2007:

As ações católicas mobilizadas pelos salesianos, além da criação de novas capelas que se situavam em áreas rurais e vilarejos vizinhos, também visaram à educação. O projeto de construção de uma escola agrícola foi anunciado assim que os padres chegaram ao local. Para realizarem o projeto receberam um lote de terras cedido pela administração da colônia (SANTOS, 2007, p. 52-53).

Nesse sentido, ao ver a situação das escolas e o crescimento da agricultura, os padres salesianos, em 1956, construíram uma escola, também dentro da CAND, o Colégio Agrícola Dom Bosco, no dia 16 de maio de 1956. O lote referido foi usado para a construção da escola agrícola, de um internato para os padres que viessem para a colônia e para os jovens que estavam se preparando para seguir na vida religiosa.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

No início da década de 1960, a Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco veio também compor o quadro das Instituições escolares confessionais criadas pela Igreja Católica, sob a

responsabilidade dos Salesianos, instalada no distrito de Indápolis, inicialmente, destinada à educação masculina (LIMA, 2010, p. 16).

Em 1971, foi alterada a Lei n.º 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, resultante da intensificação da educação na região de Dourados. Como assinalado, as décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se pela instauração de programas contidos nas Leis n.ºs 5.540/68 e 5.692/71, nos quais foram inseridos teorias e métodos pedagógicos com o fim de restringir a autonomia do sistema educacional brasileiro. As diretrizes oriundas dessas leis permaneceram nesse formato até a promulgação da Lei n.º 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), baseada no princípio do direito universal à educação para todos. Essa lei trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas), como primeira etapa da educação básica.

No que se refere à produção historiográfica, a revisão de literatura envolvendo a história da educação na região da Grande Dourados revelou a relevância sociocultural da temática e a viabilidade de investigação, explicada pela abundância de material empírico nos arquivos regionais e locais.

Apesar da farta documentação existentes nas escolas e nos arquivos públicos regionais como lista de matrículas, registros de compras de materiais, anuários, relatórios dos diretores das escolas, entre outros, o cotidiano da cultura escolar não era privilegiado como objeto de análise pela historiografia regional. Portanto, esse mesmo levantamento do material produzido em torno da temática evidenciou que existem enormes lacunas e emudecimentos acerca da história das instituições em âmbito local. Esse aspecto justifica o investimento acadêmico, institucional e a contribuição sociocultural que a presente pesquisa se propôs a realizar.

### **Fontes**

ANAIS DA DIOCESE DE DOURADOS 25 anos – 1957- 1982. [s.ed.], 1982. (Diocese de Dourados).

CADERNO DE RASCUNHO DE UMA ALUNA INTERNA DO CURSO NORMAL REGIONAL (primeiro grau) do Instituto Educacional de Dourados- datado de 30 de maio de 1963.

CD COMEMORATIVO AO CINQUENTENÁRIO DA MISSÃO SALESIANA EM INDÁPOLIS, produzido no ano de 2006.

CONTRATOS ENTRE A MISSÃO FRANCISCANA E A SOCIEDADE CIVIL de Educação do Educandário Santo Antônio Documentos reunidos em pastas contendo 27/05/1. 975.

(Diocese de Dourados).

CRÔNICA DO INSPETOR PE. JOÃO GREINER. Dourados, 22 de maio de 1963.

CRÔNICAS DO CURSO NORMAL “INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS” – Colégio Franciscano Imaculada Conceição, as décadas de 1940 a 1970.

CRÔNICAS DO INSTITUTO DOM BOSCO – Dourados 16 de maio de 1956/16.

DOCUMENTOS AVULSOS EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO-Balanco Geral encerrado em 31 de dezembro de 1983-. (Diocese de Dourados).

DOCUMENTOS VÁRIOS DELEGACIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO. (1951 – 1972). Centro de Documentação Regional FCH/UFGD.

JORNAL “O PROGRESSO”, Dourados, 19 de abril de 1967, p. 4.

LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO MARIANA -1955-61 (Diocese de Dourados).

LIVRO DE ATAS DA LEGIÃO DE MARIA 1961-1971 (Diocese de Dourados).

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO PAROQUIAL E ADMINISTRATIVO DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO 1976 (COPPA). (Diocese de Dourados).

LIVRO DE ATAS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO/AÇÃO FRANCISCANA DE DOURADOS. (Diocese de Dourados).

LIVRO DE EMPREGADOS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO – 1977. (Diocese de Dourados).

LIVRO DE EMPREGADOS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO – 1981. (Diocese de Dourados).

LIVRO DE ESTATUTOS DO ABRIGO SÃO FRANCISCO - 1961-1971. (Diocese de Dourados).

LIVRO DE FREQUÊNCIA DIÁRIA (PROFESSORES), 1957- 1962. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE MATRÍCULA, professores e aparelhamento nome endereço e detalhes da profissão dos pais – 1957-1962.

LIVRO DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO, matricula 1968-1970. (Diocese de Dourados).

RELATÓRIO DA ESCOLA NORMAL “INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS”.  
Curso de Formação de Professores Primários. Colégio Franciscano Imaculada Conceição  
(1959-1967).

### **Referências**

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre Rupturas e Permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943-1971)**. Dourados, MS: UFMS, 2005 (Dissertação de Mestrado).

BOMFIM, Durvalina Damazio; QUILES, Edna Saes; FRANTZ. **Aspectos Históricos da Escola Imaculada Conceição e sua influência na comunidade Douradense**. UFMS, 1990. (TG).

BORGES, Rosângela Soares Grangeiro; SANTINI, Poliana Gianello. A presença Salesiana na educação masculina do antigo Sul de Mato Grosso: o caso da Escola Agrícola Dom Bosco (1956-1969). In: **VIII Congresso Luso - Brasileiro de Historia da Educação**, 2010, São Luis. Anais do VIII Congresso Luso - Brasileiro de Historia da Educação, 2010.

BRAZIL, M. C.; MANCINI, A, P. G. **História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (uno) -1940-1970**. Teoria e Prática da Educação. Vol. 15 n.1 Jan/Abr. 2012 ISSN Impresso: 1415-837X - ISSN *On-line*: 2237-8707 (p.123-136), v. 15, p. 123-136, 2012.

BURKE, Peter (Org.), **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas Velhas - Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAPPELI, André. **Relatório da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco**, Indápolis-Dourados/MT. In: Arquivo da Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande/MS, 1978.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)**. UNICAMP: Campinas, 2007. p.15. (Tese Doutorado).

- DUROURE, João Baptista. **Dom Bosco em Mato Grosso: 1º volume: 1894-1904.** Campo Grande. Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977. 244p.
- ERNANDES, Mercolis Alexandre. **A construção da identidade douradense (1920 a 1990).** Jornal O Progresso, Dourados, p. B03 - B03, 03 ago. 2009.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e Desafios da Municipalização do Ensino Fundamental em Dourados, Ms. In: **Reunião Anual da ANPED.** Caxambú, 2003.
- FURLAN, Silvana. **A trajetória de um sonho: breve recuperação histórica da Escola Estadual Dom Bosco.** Dourados, MS: UFGD, 2008. (Monografia de Especialização em Formação de Profissionais da Educação).
- GATTI JÚNIOR, Décio. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados.** Dourados: L. A. Gressler, 1988.
- ISHIKAWA Ítalo Kiyomi. **Visão Complexa da Realidade e Proposta Franciscana de Educação.** 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Filosofia) - Centro Universitário Franciscano do Paraná.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Edição anotada por Étienne Bloch. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 26.
- LIMA, Maria Bethânia. **História da formação docente no antigo sul de Mato Grosso: limites e possibilidades a respeito do caso de formação de professores das séries iniciais no município de Dourados/MS (1959-1982).** Dourados, MS: UFGD, 2010. (Monografia de Graduação em Pedagogia).
- LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita: Educação Feminina Católica (1890-1930).** Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coletânea Educação e Memória).

- MANCINI, Ana Paula Gomes. **Escola Normal da Corte (1876-1889):** Um estudo por meio de fontes documentais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005. (Tese de Doutorado).
- MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENEZES, Ana Paula; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A agricultura comercial na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) nas décadas de 1950 e 1960. In: **Encontro de Iniciação Científica UFGD/UEMS, 2º Encontro de Pós-Graduação.** Dourados: UFGD/UEMS, 2008. P.1-19.
- MONARCHA, C. História da educação brasileira. Esboço da formação do campo. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 125-150.
- MOREIRA, R. H. T. (Org.). **Memória fotográfica de Dourados.** Dourados, MS: UFMS, 1990.
- NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: EDUCA 2002.
- PONCIANO, Nilton. **Fronteira, Religião, Cidade:** o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965). Assis, SP: UNESP, 2006. (Tese de Doutorado em História).
- ROSA, Maria. da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: UFMS, 1990.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo. **De criança a aluno:** as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá. EdUFMT, 2007.
- SÁ, NICANOR Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes e Memórias na História da Educação.** Brasília-DF: Inep, 2006.
- SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da História. Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007.
- SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 20-25, ago.2006.

SANTINI, Poliana Gianello e BRAZIL, Maria do Carmo **A Presença da Igreja Católica na Educação em Dourados: o caso do patronato de menores (1943-1983)**. Dourados: Programa de Pós-Graduação Especialização Formação de Profissionais da Educação/UFGD, 2010. (Monografia de TCC).

SANTINI, Poliana Gianello. Do Ginásio de Iniciação Agrícola Dom Bosco a Escola Estadual Dom Bosco: percalços de uma jornada em prol da educação no distrito de Indápolis/MS (1956 – 1998). In: **ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)** em Corumbá/MS. 2012. p. 1-13.

SANTOS, Claudete Soares de. **Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)**. Dourados/MS: UFGD, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso 1910-1947**. Dourados, MS: UFGD, 2011, 183f. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e. “O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Mato-Grossense”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 215-232.

SILVA, Fabiana Fagundes Borges; BRAZIL, Maria do Carmo. **Escola Estadual Dom Bosco: análise sobre a institucionalização do ensino primário em Dourados- MS - 1956-1970**, Dourados: UFGD, 2012. (PIBIC/CNPq).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá, EdUFMT, 2000.

SOUSA, Cynthia; CATANI, Denice (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 51-69.

SOUZA, Rosa Fátima de, e VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: SP: Autores Associados, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p. 61-88, mai./ago., 2000.

VALENTIM, Reinaldo Antonio. **Movimentos sociais e Educação: análise histórica sobre o processo de implantação da lei 10.639/03 em MS- 1996/2006.** Dourados, MS: UFGD, 2012.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p. 3-30.